

A política econômica do governo Lula: reformismo e submissão ao capital financeiro

Mauricio de S. Sabadini¹

Resumo: O objetivo desse artigo é o de analisar a política econômica posta em prática pelo Presidente Lula, no Brasil, desde 2003, dando ênfase às mudanças programáticas do Partido dos Trabalhadores (PT). Sugere-se que a continuidade da política econômica neoliberal no Brasil, num governo reformista considerado de centro-esquerda, representa, por um lado, uma tendência histórica já verificada em outros países e, mais importante, reafirma um conjunto de compromissos políticos e econômicos assumidos, principalmente, com o capital financeiro.

Palavras-chave: Brasil, Lula, neoliberalismo, política econômica, reformismo.

1. Introdução

A situação política e econômica do Brasil, ao contrário da visão conservadora da maioria dos analistas e organismos nacionais e internacionais, é extremamente complexa. Se do ponto de vista político vivíamos, em 2002, um período de esperança face à possibilidade de um líder operário chegar ao poder, mobilizando uma frente política composta por trabalhadores e movimentos sociais, hoje, para aqueles que depositaram confiança num projeto popular, os caminhos e descaminhos do governo Lula provocaram sentimentos variados de frustração e desesperança.

Ao mesmo tempo, a opção política pelo continuísmo liberal vem provocando, pelo menos em parte da militância de esquerda, a busca de novos caminhos e criação de projetos políticos mais voltados para a realidade dos trabalhadores desse país.

¹ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (Brasil), Doutorando em economia pela Universidade de Paris 1 (França) e bolsista do Governo Brasileiro (CAPES-Brasil). Email: mauricio.sabadini@malix.univ-paris1.fr e/ou sabadini@npd.ufes.br

Próximos a mais uma eleição presidencial, em fins de 2006, a tendência natural é a de que o presidente Lula se candidate à reeleição, após ter sido “blindado” pelos atores políticos, que se beneficiam de sua política econômica, durante a crise política vivida por seu governo em 2005 - advinda de denúncias de corrupção. Seus principais concorrentes sairão dos mesmos grupos políticos que comandaram a economia brasileira nos últimos anos, o PSDB e o PFL. Situação ainda indefinida se dá com o tradicional e dividido PMDB que possui uma ala governista e outra de oposição. De maneira geral, são esses partidos que apresentam, no atual quadro político brasileiro, candidatos em condições de ganhar do atual presidente.

Independente disso, o que importa é que não vislumbramos, tomando por base os projetos desses partidos, a possibilidade de que o próximo presidente do Brasil adote uma política econômica aos moldes do antigo e abandonado projeto popular do Partido dos Trabalhadores (PT). Teremos, como diz o ditado, “o mais do mesmo”, mantendo a essência de uma política econômica que agrade o “mercado”, qual seja, que se submeta às regras do mercado financeiro.

A partir desse quadro, procuraremos mostrar nesse artigo a forma de adesão de parte da esquerda reformista brasileira, representada principalmente no PT, ao neoliberalismo. Mostraremos também alguns elementos da política econômica do governo Lula e seu privilegio ao capital financeiro².

2. A política econômica do Governo Lula (2003-...) e as mudanças programáticas do PT: a continuidade do neoliberalismo

² Não nos preocuparemos aqui com a precisão teórica de capital financeiro, fictício e especulativo (parasitário). Para maiores detalhes, consultar Carcanholo e Nakatani (1999).

Não é possível compreender a política econômica brasileira a partir dos anos 90, principalmente no Governo Lula, sem entender a dimensão da hegemonia neoliberal que ditou as diretrizes políticas em diversos países do mundo. Foi dessa forma em partidos políticos considerados de centro-esquerda, como o Partido Socialista (PS), na França, e o Partido Trabalhista na Inglaterra, e está sendo assim no governo do PT no Brasil. Existem alguns aspectos comuns entre esses partidos: i) foram partidos de esquerda que assumiram o poder com um projeto alternativo mas que, seguindo a onda conservadora da política Thatcher-Reagan, adotaram políticas liberais ao velho estilo *laissez-faire*, *laissez-passer*, e ii) a postura e ação desses partidos quando no poder podem ser consideradas tão ou mais agressivas que as dos próprios partidos de direita que deveriam ser, em princípio, os legítimos representantes da ortodoxia neoliberal. Já uma diferença, dentre inúmeras outras, é que o 'neoliberalismo à brasileira' é tardio³.

O projeto neoliberal foi implantado no Brasil, a partir dos anos 90, possuindo três fases: i) a primeira, entre 1990 e 1993, foi marcada pela ruptura com o Modelo de substituição de importações, característico da industrialização brasileira; ii) a segunda, de 1994 a 1998, dada pela ampliação e consolidação da

³ As diferenças estruturais capitalistas existentes em cada país influenciam no grau, forma e conteúdo das políticas neoliberais. O Brasil, país com história política, social e econômica marcadas por elevado grau de dependência e subdesenvolvimento, passava, nos anos 80, por intensas mudanças que contribuíram para retardar a articulação das frações de classe burguesa para a implantação do projeto neoliberal. Podemos destacar algumas dessas mudanças: o início do chamado processo de 'redemocratização' (burguês) após o período do golpe militar (1964-1985); o surgimento do PT; a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Sem-Terra (MST) e a eclosão de cinco greves gerais, entre 1983 e 1989. Também de caráter importante, a promulgação da Constituição Federal de 1988 que ampliou a proteção social aos trabalhadores, proteção essa que começou a ser desmontada logo depois de dois anos. Esses fatores contribuíram para termos sido um dos últimos países da América Latina a aderir aos princípios do Consenso de Washington.

ordem neoliberal no 1º governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); iii) por fim, de 1999 até nossos dias, a fase de aperfeiçoamento do modelo, consolidando a hegemonia do capital financeiro no controle político-econômico do 2º governo FHC e no de Lula (Filgueiras, 2005).

As características gerais do projeto neoliberal já são bem conhecidas: abertura comercial e financeira, privatizações, flexibilização dos direitos trabalhistas, repressão e desarticulação dos movimentos social e sindical, política monetária e fiscal contracionistas, política social focalizada e, acima de tudo, a retirada do Estado da economia.

Para nossos propósitos, concentraremos atenção na terceira etapa.

3. A terceira fase do neoliberalismo no Brasil (1999...)

Essa fase caracteriza um período onde as classes dominantes representadas, principalmente, pelo capital financeiro nacional e internacional associado a parcelas da burguesia nacional encontraram, inicialmente em FHC, um legítimo protótipo de seus interesses. FHC representou, aos moldes gramscianos, as funções do intelectual orgânico, ampliando o processo de subordinação da economia nacional à ordem financeira mundial. Consolidou-se a hegemonia financeira no interior do bloco dominante onde o poder das finanças, aliadas a frações do capital industrial de grande porte que tem acesso aos circuitos de valorização financeira, passaram a exercer maior influência sobre os destinos da política econômica brasileira⁴.

⁴ A política econômica brasileira está sendo controlada há anos por ministros que trabalharam para instituições bancárias e financeiras, geralmente dos EUA. Seus secretários e técnicos tiveram formação profissional nas escolas americanas e representam a comissão de frente na defesa dos interesses da finança mundial.

Em 1998, o Brasil passou por uma crise cambial onde a taxa de câmbio sofreu uma desvalorização de 48% em fevereiro de 1999. A partir de então, sob a exigência e tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵, a política econômica brasileira se apoiou nas elevadas taxas de juros, no câmbio liberalizado e na política de metas de inflação. Objetivo principal: gerar superávits primários (receita - despesas, excluindo os gastos financeiros) para saldar os compromissos (juros e amortizações) da dívida pública. Maior intenção: resguardar os interesses do capital financeiro.

A vulnerabilidade externa econômica decorrente, até então, do elevado déficit em conta corrente, da abertura da conta de capitais e da insuficiência das reservas internacionais persistia como fator desestabilizador da economia nacional (Batista Jr., 2002). No lado da chamada economia real, as altas taxas de desemprego, informalidade e diminuição da renda real afetavam diretamente a vida do trabalhador e, principalmente, da classe média brasileira. Foi nesse quadro de fragilidade que o então candidato Lula se credenciou, pela quarta vez, à disputa pela presidência da república, saindo-se vitorioso numa coalizão de forças políticas com tradicionais partidos de direita, como o Partido Liberal (PL), e em nome do combate às políticas neoliberais.

4. O poder e as frações de classes na hegemonia neoliberal: a ascensão da esquerda e as mudanças programáticas

A eleição de Lula (2003...) representou, para muitos, a possibilidade de uma mudança na política econômica neoliberal brasileira. Mesmo entre

⁵ Em março de 2005 expirou mais um acordo com o FMI que foi assinado em 09/2002. Somente nos dois anos e meio de sua vigência, o Brasil pagou US\$ 5 bilhões na forma de juros e taxas. Ver: Gonçalves (2005).

intelectuais críticos e militantes, muitos de origem marxista, ainda existia, num momento inicial, o sentimento de que algo poderia acontecer, retomando as esperanças de que um projeto alternativo poderia ser implantado. Depois de 03 anos de governo, todos os indícios são de que não haverá alterações no eixo central da política econômica, no máximo mudanças graduais em sua dosagem⁶.

As poucas posições desenvolvimentistas contrárias à ortodoxia liberal, que controla a política econômica, não têm muita influência no poder central, núcleo esse controlado pelos representantes da finança. Foi assim no governo FHC e está sendo no de Lula⁷.

A fração hegemônica do bloco dominante que controla o poder é composta, segundo Filgueiras (2005), pelo capital financeiro internacional (fundos de pensão, fundos de investimento), pelos grandes grupos econômicos-financeiros nacionais (esfera financeira com atividades no agronegócio, comércio, indústria...) e pelo capital produtivo multinacional. Eles estabeleceram um novo arranjo no poder político e econômico nacional possibilitando uma integração, associada à subordinação, à política rentista dominante.

Naturalmente, a dialética dos acontecimentos políticos pode alterar essa correlação de forças no seio do poder republicano. Ao mesmo tempo, a instabilidade econômica natural do capitalismo pode, num contexto de economias vulneráveis à esfera financeira como a do Brasil, 'exigir' que

⁶ Há quase um consenso nesse sentido. Ver: Sicsú (2003), Teixeira (2003), Borges Neto (2003), Soares (2003), Aggio (2004), Filgueiras e Pinto (2004), Gonçalves (2005), Marques (2005), Paulani (2005) e Carneiro (2005).

⁷ Souza (2005) afirma que o movimento neoliberal das finanças, hegemônico desde FHC, ocupa o Banco Central e o Ministério da Fazenda, enquanto o projeto nacionalista autônomo está representado em outros ministérios formando o que chama de 'três cabeças': a da área econômica, a das relações externas e o agrupamento dos demais ministérios. Todas elas estão, de uma forma ou de outra, subordinadas à primeira.

determinadas políticas sejam modificadas, mesmo que gradualmente, para amenizar as contradições sociais e a luta de classes. Enquanto isso não acontece, apesar de toda a instabilidade sistêmica, vivemos um período onde o pensamento crítico sofreu um refluxo ainda maior com o governo Lula. Os movimentos social, de base, sindical, que depositaram esperanças na implantação de um projeto popular, estão tendo que repensar suas formas de lutas.

Logo no início do governo Lula a meta de superávit primário foi aumentada, voluntariamente, de 3,75% para 4,25% do PIB num claro sinal positivo para o mercado financeiro. Ao mesmo tempo, a perspectiva de realizar, gradualmente ou não, uma transição para um novo projeto menos dependente e de inclusão social esbarrou nas articulações políticas que o PT fez com frações da burguesia, principalmente ligadas ao capital financeiro, para chegar ao poder⁸.

Acreditamos que a opção do PT pela aliança com forças conservadoras e a continuidade da aplicação de uma política econômica rentista estão influenciadas por alguns movimentos: i) crise do capitalismo pós-73, ii) o advento do neoliberalismo em 79-80, iii) intensa reorganização produtiva e iv) processo multiforme da direita com o fim do leste europeu em 89-90 (Antunes, 2004). Os rebatimentos históricos dessas mudanças sobre a ideologia e, conseqüentemente, sobre as diretrizes partidárias devem ser levadas em consideração.

⁸ Não podemos esquecer que o presidente do Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, é ex-diretor presidente do banco JP Morgan e que seu nome foi anunciado em Washington após visita ao governo dos EUA.

Em função disso, não acreditamos em mudanças programáticas repentinas do PT, tese essa frequentemente defendida na imprensa e na academia; a suposta traição do PT junto aos seus eleitores já estava sendo feita com a flexibilização programática do partido e a “adequação ao mundo moderno”, antes portanto, da vitória nas eleições⁹. Acrescenta-se a isso, as alianças políticas realizadas com a direita, a profissionalização de sua campanha - expressa, por exemplo, pelo pagamento de cabos eleitorais -, a utilização de uma poderosa estratégia de marketing, típica dos partidos tradicionais, dentre outros. Tudo isso já indicava a trajetória do partido de conquistar, a qualquer custo, o poder. O que houve, portanto, foi um processo gradual e contínuo de reformismos programáticos internos, mesmo que o PT nunca tenha sido, em essência, uma alternativa socialista de poder¹⁰.

Um outro aspecto importante que Boito (2003) chama a atenção é que a convergência do PT ao neoliberalismo também tem que ser entendida para além de sua direção e equipe governamental. Diz o referido autor: “(...) Parte das classes populares foi atraída ou neutralizada, por caminhos complexos e diferenciados, pelo neoliberalismo (...) o continuísmo do governo Lula dispõe

⁹ César Benjamin (2005) assim resume essa ‘mutação’: “(...) Os malfeitos que têm vindo à luz não começaram agora nem decorrem de um equívoco individual. Representam apenas a transferência, para a esfera do governo federal, de práticas iniciadas, com certeza, nos primeiros anos da década de 1990 (...)”, referindo-se, principalmente, à ‘mudança’ de postura dos principais dirigentes do partido e aos escândalos de corrupção envolvendo seus integrantes que culminaram com a cassação, até o momento, do mandado do ex-ministro e deputado federal, José Dirceu, com a renúncia do presidente do PT, José Genóino, e de ex-diretores do partido.

¹⁰ Há opiniões divergentes a esse respeito, uma delas mais próxima do socialismo utópico: «Acho que desde que fundamos o PT, no início de 1980, o socialismo nunca deixou nossa agenda de debates (...) (quero) deixar claro que a economia solidária era o modo prático e teórico de construir o socialismo, no capitalismo neoliberal de hoje» (Paul Singer, 2005 - secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Lula). Por outro lado: “A CUT e o PT, ao contrário do que sugere a imagem pública dessas organizações, nunca definiram um programa de construção do socialismo no Brasil, mas, ao longo dos anos 80, lutaram pelo Estado de bem-estar social” (Boito, 2003:18).

também de bases de apoio na classe média e, inclusive, no campo operário e popular” (Boito, 2003:12). Tendo em vista esses aspectos, a “conversão” do PT ao “Deus mercado” aparece como mais um episódio no processo da nova hegemonia burguesa no Brasil, agindo sobre a pobreza, de um lado, e sobre a cooptação política, com promessas de poder, de outro¹¹.

Por fim, a tragédia maior, conforme Antunes (2004), foi o Governo Lula implementar o neoliberalismo pela via “não-clássica”, aos moldes do Partido Socialista Francês (PS) e do Partido Trabalhista Britânico, deixando a verdadeira esquerda sem apoio e sustentação, mesmo que momentânea.

Todos esses fatores nos levam à reflexão de que a interferência do governo Lula nos movimentos sociais, sindicais e populares é nefasta já que, atualmente, a dificuldade de se vislumbrar um projeto alternativo de poder é muito maior, além de ter fragmentado ainda mais a classe trabalhadora. Para a burguesia, sem dúvida foi uma opção mais interessante: um presidente popular que consegue transitar entre o capital e o trabalho mas que continua a defender os interesses do primeiro.

5. A política econômica neoliberal brasileira e suas consequências macroeconômicas

A OCDE (2005) assim resume a situação atual da economia brasileira:

“A avaliação geral desse estudo é que o Brasil está colhendo os benefícios da consolidação macroeconômica, apoiada por uma condução prudente das

¹¹ Sobre a pobreza, via política focalizadora do Programa Bolsa-Família (para maiores detalhes ver Marques, 2005); sobre a ‘cooptação’ sindical, via representação do ‘sindicalismo de resultados’ da CUT e do PT que passaram a ocupar cargos do primeiro escalão do governo como os Ministérios do trabalho, da previdência, da fazenda, da comunicação social, das cidades, além do controle dos fundos de pensão, objeto de investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisa supostos esquemas de corrupção entre esses e o PT.

políticas públicas. (...) a recuperação econômica encontra-se agora firmemente estabelecida, mas a consolidação da estabilidade macroeconômica permanece essencial, juntamente com o aprofundamento das reformas estruturais, para assegurar que as perspectivas para a economia brasileira, no geral positivas, prenunciem um círculo virtuoso de aumento da confiança e de crescimento estável e eqüitativo”.¹²

Chamemos a atenção para algumas dessas afirmações: i) “consolidação macroeconômica”; ii) “condução prudente das políticas públicas”; iii) “recuperação econômica firmemente estabelecida”; iv) “aprofundamento das reformas estruturais”. Escreveremos um pouco sobre elas.

A “consolidação macroeconômica”

A política econômica do governo Lula, que faz parte da terceira fase do projeto neoliberal brasileiro, está baseada no tripé câmbio flutuante com mobilidade de capitais, regimes de metas de inflação e superávit primário. O objetivo principal dessas políticas é o controle inflacionário via contração da demanda agregada¹³. A meta e o discurso oficial são: criação das condições estruturais para o desenvolvimento (via mercado) e políticas de incentivo microeconômico.

O governo Lula tomou posse em meio a diversos movimentos especulativos quanto aos rumos da economia brasileira. Para isso, Lula e sua equipe procuraram arrefecer os “ânimos do mercado” publicando a *Carta ao*

¹² Documentos do Governo federal reafirmam essas palavras. Ver: Ministério da Fazenda (12/2004) e Banco Central do Brasil (2004).

¹³ Apesar de as análises indicarem que pressões sobre os preços vêm do lado da oferta, principalmente a partir dos reajustes nas tarifas dos serviços públicos administrados pelas concessionárias privadas (serviços privatizados de telefonia, água, luz etc).

povo brasileiro, em 22 de junho de 2002, deixando claro que cumpriria com os contratos e compromissos assumidos com os credores externos e internos¹⁴.

Manteve a essência da política econômica do governo anterior, garantindo e ampliando a riqueza do capital financeiro. Num contexto de uma economia mundial financeirizada, manteve e fortificou a dependência da economia brasileira ao bloco dominante visando, principalmente através da contenção dos gastos públicos e do aumento das exportações, a obtenção das divisas necessárias para remunerar o capital financeiro nacional e internacional.

Uma das formas de continuar a atender aos interesses da esfera financeira foi a manutenção de elevadas taxas de juros anuais como medida de atração de divisas para, no curto-prazo, ‘equilibrar’ as contas do balanço de pagamento. A taxa de juros básica no Brasil está entre as maiores do mundo. Entre 1999 e 2002, 2º mandato de FHC, a taxa de juros média anual (Selic)¹⁵ foi de 19,9%, enquanto que de 2003 a 11/2005, no governo Lula, a taxa média anual foi de 19,5%. Taxas de juros elevadas significam serviços da dívida elevados: em

¹⁴ Concordamos com Souza (2005:111) nas afirmações abaixo mas discordamos ao dar ênfase à “Carta ao povo brasileiro” como um “divisor de águas” na política de alianças do PT. Afirma o autor: parecia que havia sido estabelecido um projeto desenvolvimentista, uma aliança social entre o capital industrial e o trabalho, “(...) mas houve um episódio dramático, uma bomba oculta de retardamento, que mudou as causas do que veio depois: a Carta ao povo brasileiro (...) nela, o PT e Lula comprometiam-se a não romper os contratos já feitos com as finanças internacionais. A consequência foi a adesão social, discreta, mas efetiva, do setor bancário nacional e das finanças internacionais, engrossando a avalanche eleitoral de Lula”. Além do processo de “conversão” do PT ter-se iniciado antes desse episódio, a elaboração de uma carta, mesmo que seja uma “carta bomba para o povo brasileiro”, foi um ato que representou os acordos políticos e mudanças programáticas anteriores.

¹⁵ A taxa Overnight/Selic é a média dos juros que o Governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. Serve de referência para outras taxas de juros do país, sendo considerada a taxa básica de juros da economia.

2002, pagamos R\$ 114 bilhões de juros, R\$ 145,2 bilhões em 2003, R\$ 128,2 bilhões em 2004 e R\$ 157 bilhões em 2005 (Bacen, 2005)¹⁶.

As taxas de juros continuam sendo o principal instrumento do controle inflacionário via contração da demanda agregada. E é principalmente esse controle que o governo e a mídia sinalizam como indicador de “economia consolidada”.

A trajetória da inflação é de redução ano após ano (ver tabela). Em 2003, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência para o FMI, diminuiu de 9,3% para 7,6% em 2004. Em 2005, a tendência é de manter essa tendência de redução, apesar dela ter ultrapassado por diversas vezes a meta estabelecida. Se, por um lado, controlou-se a inflação, por outro, efeitos negativos foram produzidos sobre outras variáveis macroeconômicas não permitindo, a nosso ver, falar em “consolidação macroeconômica”.

Tabela 1- Indicadores de finanças públicas, inflação (IPCA) e rendimento médio (%)

Anos	Superávit primário (% PIB)	Déficit nominal (% PIB)	Juros Nominais (% PIB)	Dívida pública total - em dezembro (% PIB)	Balança comercial (US\$ milhões)	IPCA	Rendimento médio real (em US\$)**
2002	- 3,89	4,58	8,47	55,5	13,1	12,5	495,9
2003	- 4,25	5,08	9,33	57,2	24,7	9,3	437,2
2004	- 4,59	2,67	7,26	51,7	33,6	7,6	438,3
2005	- 5,97 ¹	2,41 ¹	8,39 ¹	51,1 ²	40,4 ⁴	5,7 ²	435,2 ³

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen). 1- até outubro; 2- até outubro; 3- até setembro; 4- até novembro. **Câmbio em 09/12/2005 (US\$ 1= R\$ 2,24).

A “condução prudente das políticas públicas”

¹⁶ A título de comparação, o total gasto com o principal programa social do governo Lula, o Bolsa Família, foi de R\$ 5 bilhões em 2004. Em 2005, o Governo federal investiu R\$ 6,4 bilhões nesse programa e atendeu a 8,7 milhões de famílias. Por outro lado, a dívida interna aumentou em R\$ 140,9 bilhões, em 2005, equivalente a 22 programas Bolsa-Família.

Com a desvalorização cambial de 1999, o saldo da balança comercial brasileira começou uma trajetória de melhoria. De déficits constantes, a partir do Plano real, passamos a obter superávits crescentes com intuito de remunerar o capital financeiro. No governo Lula, o saldo da balança comercial foi de US\$ 24,7 bilhões, em 2003, US\$ 33,6 bilhões em 2004 e, até novembro de 2005, já era de US\$ 40,4 bilhões. Um crescimento significativo de 36%, entre 2003 e 2005, crescimento esse muito comemorado pelo governo.

Essa evolução da conta comercial deveu-se à uma série de fatores, dentre as quais destacamos: frágil desempenho da demanda interna - enquanto as exportações cresceram 78,1%, entre 2003 e 2005, as importações aumentaram 41,7%; crescimento do comércio internacional; aumento dos preços das *commodities* e elevado fluxo de capital internacional diminuindo os prêmios de riscos dos países subdesenvolvidos.

Boa parte das exportações brasileiras esteve concentrada nos setores do agronegócios, caracterizando uma espécie de *reprimarização* da produção nacional, sendo que o crescimento médio dos preços das *commodities*, em 2004, foi de 24,3%. Ao mesmo tempo, o ingresso de líquido de capitais privados nos países em desenvolvimento aumentou de US\$ 61 bilhões, em 2002, para US\$ 120 bilhões em 2004, indicando uma conjuntura internacional extremamente favorável (Gonçalves, 2005:9-10).

A Dívida pública total¹⁷, um dos principais mecanismos de transferência de riqueza dos trabalhadores (via impostos) para a acumulação rentista, também apresentou sinais de melhora ao longo dos últimos anos. Essa dívida era de

¹⁷ Em setembro de 2005, 55% dessa dívida estava indexada à taxa de juros Selic.

56,6% do PIB, em 2003, e foi de 51,6% do PIB em 2005 (ver tabela). Uma redução que, aparentemente, sinaliza para um efeito positivo da política econômica atual com diminuição da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

A melhora nessa relação deveu-se em função da valorização do real - capitaneada pela entrada de divisas na conta de capitais atraída pelas altas taxas de juros - e pelas taxas de crescimento do PIB. A política de superávit primário também contribuiu, apesar de ser insuficiente, para pagar parte dos serviços da dívida.

Se a desvalorização cambial foi determinante para a redução da relação Dívida/Pib, ao mesmo tempo ela é fruto da própria vulnerabilidade da economia brasileira. Ou seja, a entrada de capitais deu-se num contexto de liberalização cambial e financeira e de elevadas taxas de juros. Esses fluxos passaram a ser de extrema importância para as contas nacionais e para a “rolagem” da dívida. Sujeito às flutuações e turbulências financeiras, qualquer interrupção na entrada de divisas na conta de capitais gera instabilidade cambial e, conseqüentemente, nova crise no balanço de pagamento.

A relação Dívida/Pib também depende do grau de confiança dos agentes financeiros de que os serviços dessa dívida serão pagos. Passa a ser um ciclo vicioso de cumprimento dos contratos financeiros no curto-prazo sem a garantia de conquistar os ditos fundamentos macroeconômicos sólidos.

Chamamos também a atenção para o crescimento absoluto (volume) da Dívida pública. Em dezembro de 2002 ela estava em R\$ 881,1 bilhões,

aumentando para R\$ 913,1 bi em 2003, R\$ 957 bi, em 2004, e em outubro de 2005 somava R\$ 979,1 bilhões (Bacen, 2005). Isso significa dizer que todo o esforço de geração de superávits primários, com conseqüente redução de recursos para áreas de saúde, educação, segurança, dentre outras, e de redução do crescimento econômico, com repercussões diretas nas taxas de desemprego, foram insuficientes para impedir seu crescimento.

Outro aspecto importante é que a Dívida interna, parte principal da Dívida pública, acumulava menos de R\$ 5 bilhões em 1993, quando FHC era Ministro da fazenda, e em outubro de 2005 estava em R\$ 911,2 bilhões, nada menos que 47,5% do PIB. Sob Lula, essa dívida saiu de R\$ 654,3 bilhões (12/2002) para os atuais R\$ 911,2 bilhões, um crescimento de 39,2%! É por essas e outras razões que reafirmamos o caráter absolutamente rentista da política econômica. Se sua condução é “prudente”, como afirmam, resta saber para quem!

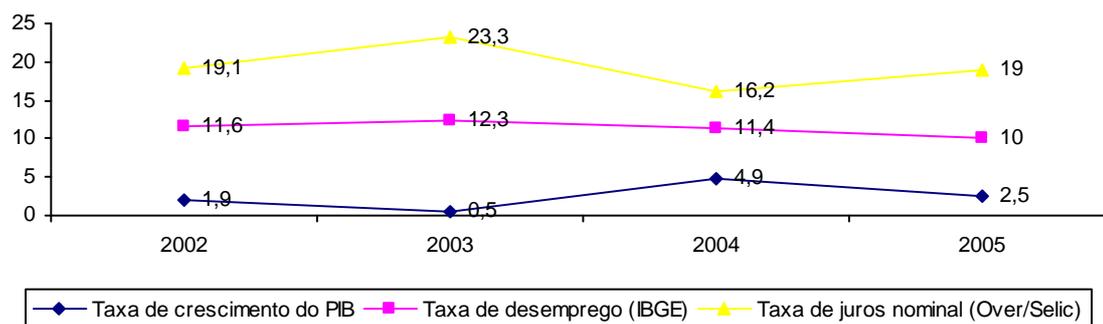
A “recuperação econômica firmemente estabelecida”

A taxa de crescimento médio do PIB apresentou pequenas oscilações nos últimos anos, seguida por variações que não possuem sustentabilidade no longo-prazo, os batizados “vôos de galinha”. Entre 2003 e 2005, o PIB brasileiro cresceu, em média, apenas 2,6% a.a., superior em apenas 0,4 ponto percentual à média nacional no período do governo FHC (ver gráfico).

Ao contrário do “espetáculo” do crescimento anunciado pelo presidente Lula em 2004, após crescimento de 4,9% do PIB, notamos uma variação positiva de apenas 2,5%, em 2005, e previsões de 3% de crescimento em 2006. Essa redução não deve ser interpretada como novidade ou surpresa. Pelo

contrário: é consequência da própria política fiscal e monetária da equipe econômica! Aparentemente contraditório, a intenção da equipe econômica era interromper o crescimento econômico para não estimular a demanda agregada.

Gráfico 1- Taxas de crescimento médio do PIB real, dos juros nominais e do desemprego (em %)



Fonte: IPEA e IBGE. Em 2005, com dados até o terceiro trimestre. Chama-se a atenção para os períodos de variação da taxa Selic e das demais variáveis.

Sua intenção é a de conquistar apoio dos mercados financeiros para depois estabelecer uma estratégia natural de crescimento, objetivo esse no mínimo falacioso. Esconde, na verdade, um jogo político de alianças cujo objetivo era conquistar o poder e, a partir de então, manter o processo de acumulação financeirizada.

Há décadas o Brasil vem apresentando crescimento econômico medíocre. Nos últimos anos tivemos apenas duas inflexões positivas no PIB: em 2000, com 4,3% (também comemorado como um “novo ciclo de crescimento” por FHC), e em 2004, com 4,9%. É estranho afirmar que vivemos uma “recuperação econômica estabelecida”, como relatou a OCDE (2005). Com Lula o PIB brasileiro teve variação média positiva de apenas 2,6% a.a., mantendo as médias medíocres dos governos anteriores.

Uma política econômica que realmente busque o crescimento econômico teria que ter, necessariamente, um conjunto clássico de estímulo ao investimento, com sustentabilidade das contas externas e políticas de expansão da demanda agregada, aos velhos moldes keynesianos. Como diz Oliveira e Nakatani (2005), os próprios fundamentos da política econômica de estabilização monetária atual geram uma armadilha onde o crescimento é impossível de ser alcançado.

Essa política econômica contracionista também vêm mantendo as taxas de desemprego aberto extremamente elevadas, em torno de 11% a.a. no governo Lula. Apesar de sua redução entre 2003 e 2004, 0,9% ponto percentual¹⁸, em 2005, até o mês de outubro, a taxa média já havia atingido 10%. O aumento da informalidade e a diminuição da renda real média do trabalhador também fazem parte dos efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

O “aprofundamento das reformas estruturais”

O governo Lula recolocou na pauta de discussões a continuidade das reformas do Estado, aquelas que a OCDE e membros do governo chamam de “aprofundamento das reformas estruturais”. Na verdade são reformas que FHC não conseguiu fazer e que foram objetos de negociação de Lula junto ao “mercado”. Algumas já foram aprovadas no Congresso Nacional, como a Reforma da Previdência dos servidores públicos, permitindo que os fundos de pensão privados busquem novos espaços de acumulação, e a aprovação das

¹⁸ Deve-se destacar que a taxa de desemprego aberto do IBGE não incluiu uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros que estão na informalidade. O grau de informalidade, aqui medido pelo somatório dos trabalhadores com carteira assinada, conta própria e assalariados sem carteira, é de, aproximadamente, 60% da PEA do país. O DIEESE os insere em sua metodologia, os denominando de trabalhadores ocultos pelo desalento e pelo trabalho precário.

Parcerias público-privadas (PPP), dando sequência ao processo de privatização. Também estão na pauta de discussão as reformas sindical e trabalhista e a autonomia do Banco Central. Essas ainda não foram aprovadas.

A crise política vivida pelo governo, a partir do segundo semestre de 2005, e as eleições presidenciais em 2006, aumentaram as dificuldades de recomposição da base política aliada no Congresso Nacional e, como consequência, os entraves para pôr em pauta a votação de tais projetos. O anteprojeto de Reforma sindical, por exemplo, foi enviado à Presidência da República em fevereiro de 2005. Provavelmente sua aprovação será mais uma “moeda de troca” a ser usada no apoio a reeleição de Lula em 2006.

A visão geral do governo sobre essas reformas é a de que suas flexibilizações representam um avanço e modernização nas relações de trabalho do país, ajustando-as aos tempos da “modernidade”. As sugestões vão desde a eliminação do conceito de categoria sindical, à possibilidade de criação de sindicatos por empresa, ao estilo toyotista da especialização flexível japonesa.

É interessante observar como o discurso neoliberal, ano após ano, permanece o mesmo: se há desequilíbrios macroeconômicos é porque as reformas não foram feitas ou foram feitas em doses inadequadas. Daí, a necessidade de mais liberalização.

Finalmente, a permanecer esse quadro, a política econômica brasileira permanecerá vulnerável e dependente da esfera financeira obtendo pequenas “melhorias” em alguns indicadores sem uma estratégia sólida de crescimento econômico e de redução da vulnerabilidade externa. O relativo controle

inflacionário e a manutenção das metas de superávit primário se darão as custas de crise social, sentidas nas elevadas taxas de desemprego, informalidade, baixo crescimento econômico, cortes nos gastos públicos, além do elevado endividamento interno e externo.

No plano político, o fortalecimento da direita e a dificuldade de, no curto-prazo, implantarmos projetos populares para a economia brasileira. Só o tempo nos dirá se o governo Lula pode representar, paradoxalmente, a crise do neoliberalismo no Brasil já que seu projeto de hegemonia não permite a incorporação da maioria da população brasileira.

6. Conclusão

Seguindo as transformações conservadoras no capitalismo contemporâneo representadas, dentre outras, pelo “socialismo de mercado” e, mais radicalmente, pelo “fim da história” com conseqüente vitória do neoliberalismo no mundo, a esquerda reformista brasileira, representada aqui pelo PT, aderiu fielmente às estratégias neoliberais difundidas, há tempos, em diversos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O governo Lula continuou e até mesmo intensificou a política econômica neoliberal de seu antecessor, vislumbrando manter a governabilidade junto à elite nacional e internacional, comandada pelo capital financeiro.

Sua política econômica reproduziu um crescimento econômico médio baixo, até mesmo em comparação com taxas de crescimento de outros países subdesenvolvidos. Isso, num contexto de uma economia mundial onde o fluxo de capitais para os países do terceiro mundo foi extremamente favorável nos últimos anos.

Com uma política de juros elevada, manutenção da abertura das contas comercial e financeira, geração de superávits primários para pagamentos de serviços da dívida, política cambial flexível, estímulo às exportações para gerar divisas, realização da reforma da previdência que beneficia os fundos de previdência privados, dentre outros, o governo Lula entrará para a história como um governo que foi eleito em nome de um projeto popular mas que, quando no poder, submeteu-se aos interesses do capital financeiro e à implantação de políticas neoliberais reformistas. Em nome do controle inflacionário, abandonou o verdadeiro projeto popular que caracterizou o PT em sua história de apoio à classe trabalhadora.

7. Bibliografia

AGGIO, Alberto. A cultura política do petismo. Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=410, 12/2004. Acesso em 23/11/2005.

ANTUNES, Ricardo. O governo Lula foi ganho pelo projeto das classes dominantes. Entrevista, 2004. In: <http://www.brasildefato.com.br>

BANCO CENTRAL DO BRASIL, *Relatório Anual 2004*. Brasília, v. 40, 2004. Publicado na internet em 05/2005.

BATISTA Jr. Paulo Nogueira. Vulnerabilidade externa da economia brasileira. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, nº 16 (45), 2002.

BENJAMIN, César. O mito do paraíso perdido. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 05/08/2005.

BOITO Jr., Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Editora Revan, nº 17, 2003.

BORGES NETO, J. M. Um governo contraditório. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, nº 12, ano 6, junho de 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A. e NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v.20, nº 1, pp. 264-304, 1999.

CARNEIRO, Ricardo. Política econômica: ruptura ou capitulação? Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=417, 10/2005. Acesso em 23/11/2005.

FILGUEIRAS, Luiz. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Mimeo, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. Lula: aposta perdida. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, UFRJ, 12/2003.

_____ *A macroeconomia de Lula*. Mimeo, 2005.

_____ O Brasil e o FMI: vulnerabilidade e erros. Ferreira, Carla e Scherer, André F. (Orgs.) *O Brasil frente à ditadura do capital financeiro*. Lajeado (RS), 2005.

MARQUES, Rosa Maria. As limitações da política de combate à pobreza no governo Lula. V Colóquio Latinoamericano de economistas políticos. *Anais...* México, 2005.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, *Reformas microeconômicas e crescimento de longo prazo*. Brasília, 12/2004.

OCDE. *Etude Economique du Brésil, 2005*. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/42/36/34497082.pdf>, 03/2005. Acesso em 13/12/2005.

OLIVEIRA, Fabrício A. de. e NAKATANI, Paulo. A política econômica do crescimento insustentável. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.33, nº 1, pp.99-124, junho de 2005.

PAULANI, Leda. Entrevista. São Paulo. *Folha de São Paulo*, 05/08/2005.

PINTO, Educaro Costa. e FILGUEIRAS, Luiz. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. IX Encontro Nacional de Economia Política. *Anais...* Uberlândia (MG), 2004.

SICSU, João. Definição, primeiros resultados e perspectivas da política econômica do governo Lula. *Revista Economia e Sociedade*. Campinas (SP), v.12, nº 2 (21), pp. 311-327, 2003.

SINGER, Paul. O projeto socialista. In: *Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, 07/08/2005.

SOARES, Paulo de Tarso P. L. “O polo dominante de um governo contraditório”. Mimeo, 2003.

SOUZA, Enéas de. As finanças e a morte da utopia – a crise do Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre, v.33, nº 2, pp.105-126, set. 2005.

TEIXEIRA, Andréa de Paula. Previdência social, revolução passiva e contra-reforma, 10/2003. Disponível em: http://www.acesa.com/gramsci/texto_impressao.php?id=8, 12/2004. Acesso em 23/11/2005.